

# SOBRE A ESCOLA: “DA MORDAÇA”

## ABOUT THE SCHOOL WITH GAG

Aldecy Angélica de Sousa<sup>1</sup>

Francisca Neta de Meneses Sousa<sup>2</sup>

## Introdução

O conjunto de textos que compõe a coletânea “Escola sem Partido ou escola da mordança e do partido único do capital”, organizado por Eraldo Leme Batista, Paulino José Orso e Carlos Lucena, tem como ponto central a base teórico/ideológica que fundamenta as relações sociais da produção e reprodução da vida humana sob o capitalismo, o liberalismo conservador. No processo de aprofundamento das contradições e crises do sistema capitalista, cada vez menos superáveis, esta base teórico/ideológica assume caráter de ultraconservadorismo econômico e posturas políticas autoritárias de extrema direita que engendram a defesa de teses neofascistas.

“Escola sem Partido ou escola da mordança e do partido único do capital”, apresenta onze textos de autoria de: Zuleide S. Silveira, Celso Carvalho, Silva Júnior – Everton H. E. Fargoni, Marcos Francisco Martins, Paulino José Orso, Celi Nelza Zulke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Júnior, Marize Souza Carvalho, José Arlen Beltrão, Eraldo Leme Batista, Rubiara Andressa Gonçalves, Lidiane Teixeira, Carlos Lucena, Elizabeth Lannes, Bernardes, Lurdes Lucena Robson Luiz de França, Danielli Maria Neves da Silveira, Paulino José Orso, Fabiane Santana Previtali, Cílon César Fagiani, Sérgio Paulo Morais – Eduardo Henrique de Freitas, Mariana Conti e Evaldo Piolli.

<sup>1</sup> Acadêmica de Direito na Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002966850532127>. E-mail: annakarolinecavalcante@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos na Escola da Magistratura Tocantinense, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Tocantins, Servidor Público na Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7332212487115695>. E-mail: victor.jusadv@gmail.com

A obra tem início com o texto de Silveira “Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido” ela descreve o panorama em que desaponta a ideologia da Escola sem Partido pontuando que no decorrer do texto buscou -se evidências a gênese, nos anos 1960, e o desenvolvimento nas décadas de 70 e 80, da onda conservadora, como um fato que se encontra fundamentado nas teses pós-modernas de observação da sociedade. Silveira nos alerta sobre os perigos e ameaças ao ensino público “[...] o campo educacional passa por uma série de contrarreformas em todos os níveis de ensino e modalidades de educação, com o fito de se formar o cidadão produtivo, flexível e adaptável às necessidades do capital”. Silveira destaca que: “Na perspectiva da classe trabalhadora, buscamos analisar a importância do papel do intelectual (coletivo e singular) na construção do consenso e direção política da classe [...]” enfatizando a necessidade da formação e emancipação humana ser baseada em valores da democracia, e respeito as heterogeneidades existentes em nossa sociedade. Silveira encerra afirmando que: “temos a convicção de que a revolução social não emerge da escola/universidade, mas por ser espaço-tempo onde as contradições fundamentais da sociedade capitalista se manifestam, por determinadas mediações, nela é possível travar parte da luta na direção da transformação”.

O segundo texto intitulado “O discurso de despolitização como meio de politização da educação: a ação ideológica do movimento escola sem partido” aborda que podemos ser compreensivos com o ESP quando afirmam que seus articuladores partem de uma premissa correta “a de que a escola deve contemplar a diversidade teórica e ideológica, mas chegam a uma conclusão falsa, a de que os professores e as escolas são espaços de doutrinação ocupados pela esquerda”. Enfatizando que se trata de uma conclusão “falsa e equivocada” de quem não conhece o ambiente escolar, o público atendido e os profissionais que nela trabalham. Carvalho chama atenção especial para a desqualificação do professor existente no ESP, ele escreve: “o que o ESP representa é a cultura da vigilância e do controle sobre o que é dito, uma perspectiva de política em que seus agentes sejam os alunos transformados em alcaguetes e dedo duros, fiscais do bom comportamento e da boa moral e que comuniquem a seus pais qualquer ação subversiva dos professores”. O autor demonstra que: “[...] o que caracteriza o ESP é o discurso simples, direto e desprovido de argumentação filosófica. Sua busca é simples e objetiva, a escola não deve ser espaço para manifestação e expressão de posições políticas”. Neste sentido, esse projeto incentiva em seus discursos e ações um clima de denunciamento e um discurso de ódio.

Júnior e Fargoni no texto seguinte, escrevem: “No que tange as políticas educacionais devemos ser cautelosos ao lidar com os princípios partidários, por que nos diferentes níveis escolares as repercussões são dispare, dado que as responsabilidades não são completamente compartilhadas”. Nos chamando a atenção para a astúcia desse projeto que articula diversas instituições da sociedade civil, religiosas e partidos políticos. Os autores apontam a necessidade de se analisar as propostas dentro do contexto da realidade “[...] e não cair nos discursos dos sofismos nas falsas promessas expressas por candidatos na oratória de ganhar o voto do eleitor desorientado, vítima do protagonismo ladro da maioria dos representantes da política nacional”. Júnior e Fargoni apontam que sob esta ótica esse período se caracteriza como um período de riscos e possibilidades pois “Conforme o movimento Escola Sem Partido demorou mais de uma década para entrar no jogo político e entrou colocando seus agentes na locução de leis, esta é uma amostra que se um plano de inquisição educacional chegou no congresso, programas contrários podem também ganharem força para reconstruir o espaço educativo”. Os autores enfatizam que há uma estratégia de calar a educação tornando um sistema social de caráter excludente “colocando a maioria pobre mediada pela prática educativa censurada para abastecer os segmentos operacionais, sem difundir a crítica nos sujeitos, retirando-os do debate sobre política, economia e de outros temas no processo educativo devido a penalização aos educadores”. E assim a direita Brasileira cumpre seu papel em expulsar a classe operária da política através da Escola.

O quarto texto intitulado “Escola sem partido”: um partido contra o direito de aprendizagem” Martins aponta que “[...] o movimento “Escola da mordada” e os projetos de lei que produziram como template aos seus partidários é inconstitucional, impraticável e atenta contra os direitos de aprendizagem e contra a civilidade democrática”. Segundo Martins, a Escola da Mordada incita a repreensão ao trabalho docente e ainda posturas de perseguição à comunidade escolar de todos os níveis. Em seguida o autor infere três assertivas sobre o movimento pontuando que: o primeiro “não há outra conclusão sobre a

“Escola da mordança” senão a que a entende como partido e um partido reacionário [...]” tendo como premissa de que partido político compreende-se “um grupo mobilizado em torno de uma visão de mundo, que expressa orientações à prática social e que é socializada por diferentes meios [...]” A segunda está relacionada a confusão que a Escola da Mordança provoca entre liberdade de expressão e liberdade de cátedra. Martins acentua que: “Não se deve confundir “liberdade de cátedra” com “liberdade de expressão”, como faz o principal protagonista da “Escola da mordança”, Miguel Magib, de maneira “interesseira” , posto que, a liberdade de expressão é um direito de todos os brasileiros garantido pela constituição e a liberdade de cátedra é um direito específico de professores e professoras que “nos limites definidos pela ordem legal e dentro de diretrizes e parâmetros curriculares, aos professores (as) cabe livremente organizar o processo de ensino para que alunos e alunas, que têm “cativamente” em minha sala, possam ter acesso a conhecimentos para além daqueles obtidos na Igreja e na família”. E a terceira inferência está relacionada a ideia de quem é contra a Escola sem partido é a favor da Escola com partido. Martins enfatiza que: “[...] os educandos(as) em um Estado democrático de direito, têm direito de aprender o que é como foi e é a sociedade, como funciona a vida social atual, mesmo que o movimento “Escola da mordança” queira impedir isso”.

No texto seguinte intitulado “Escola “sem” partido ou um partido a serviço da burguesia?” de autoria de Paulino José Orso ele escreve que a escola tem sido vítima de constantes ataques e que ultimamente tem se intensificado e que um dos principais responsáveis é o movimento escola sem partido (ESP). Orso destaca que: “[...] a preocupação do ESP não é com a qualidade da educação, nem com a humanização. Está sendo instrumentalizado com a finalidade de impor uma mordança aos professores, alunos e escolas públicas, para que, independentemente do que quer que aconteça ou se faça no país ou no mundo, não se permita ver, falar, discutir, ouvir, nem se manifestar, enfim, que se deixe tudo como está”. O autor destaca que o movimento escola sem partido ( MESP) defende a neutralidade pontuando que: “de acordo com Nagib e seu movimento, ser neutro significa que todas as tendências, correntes, perspectivas teóricas devem ser tratadas de igual modo, com a mesma ênfase e nas mesmas condições, sem privilégio de uma em detrimento de outra”. Segundo Orso, sendo assim eles deveriam aceitar e defender a igualdade social e de gênero, o respeito aos direitos humanos, o combate a corrupção e a violência e isso eles não admitem caracterizando sua tese como demagógica; uma vez que: “Ao invés da ausência de partido, trata-se sim de um partido único, do capital. Ou seja, a tal de “neutralidade” não passa de um subterfúgio utilizado e instrumentalizado pela classe dominante para manter tudo como está, da forma como está”.

No sexto texto intitulado “Escola sem Partido: a necessidade do controle ideológico dos professores para se manter a exploração de classe e o imperialismo”, discorre que o tema Escola sem Partido vem sendo discutido no Brasil através de constatações históricas que busca ideologicamente controlar os professores. Essa preocupação com os assuntos abordados pelos professores na sala e o desejo de promover uma Escola sem Partido, não é uma discussão nova, como também não vem ocorrendo só no Brasil, porém, precisa-se combater essa ideia.

Para controlar a prática dos professores e manter a classe dominante, os autores apresentam quatro exemplos, sendo (1) A luta dos Sete de GÖTTINGER/Alemanha, para livrar a Universidades das garras do imperador Guilherme Frederico; (2) O controle ideológico dos militares na USP entre 1964 e 1978 no Brasil; (3) O patrulhamento do pensamento econômico na academia na Europa, com domínio dos pensadores neoclássicos; (4) O controle dos grupos econômicos privatistas sobre os sistemas de ensino no Brasil. Todo esse processo de fiscalização do trabalho do professor, impondo de forma coercitiva os ideais da classe dominante sobre sua prática, busca manter firme a sociedade de classe, portanto, em virtude dessa finalidade o autor chama atenção para a necessidade de não só lutar contra o projeto “Escola sem Partido”, mas é necessário identificar a principal causa do problema, a sociedade de classe e o imperialismo-considerado como fase final do capitalismo que visa apenas gerar lucros.

Enfim, as propostas do projeto “Escola sem Partido buscam determinar os conteúdos que permanecerão e os que serão excluídos dos currículos do ensino básico ao superior; promove a discórdia entre professor e aluno estabelecendo controle da prática docente, colocando os professores em situações constrangedoras, como por exemplo: incentivar os alunos a filmarem as aulas de seus professores; além

do mais, o projeto fortalece o discurso de combate a “doutrinação de esquerda”. Essas práticas, sem dúvidas promovem a censura e o controle ideológico, e a desigualdade de acesso ao conhecimento.

No sétimo texto intitulado “A defesa da escola pública estatal diante do movimento Escola sem Partido”, os autores iniciam o seu texto opinando em defesa da escola pública estatal. Defende que é preciso haver um escola voltada para a formação livre e contrária ao modelo alienatório ou que favoreça a divisão de classe, chama atenção para a importância de fortalecer a existência de uma escola pública estatal gratuita e de qualidade para todos e que essa escola tenha a liberdade de transmitir os conhecimentos clássicos e eruditos que foram historicamente elaborados pela humanidade.

Diante do exposto acima, os autores afirmam que vários autores contribuem para ampliarmos a compreensão sobre a importância da escola pública para a sociedade, principalmente para os filhos da classe trabalhadora. Entre tantos destacam o filósofo e educador “Demerval Saviani”, por considerar sua obra uma importante ferramenta para ajudar a entender as teorias pedagógicas consideradas conservadoras e a conhecer a sua proposta pedagógica, que tem como objetivo fundamental, formar o ser humano em sua plenitude, via a transmissão do conhecimento historicamente construído pela humanidade.

Além disso, os autores defendem que Saviani fez importante pesquisa sobre a história da educação no Brasil, observando desde o Brasil Colônia que, a mesma era influenciada pela pedagogia tradicional orientada pela Igreja Católica, via os missionários da Companhia de Jesus (jesuítas) até 1759 quando foram expulsos do Brasil por Marques de Pombal. Ainda sobre a educação no Brasil, Saviani nos informa que na primeira metade do século XX, surge no país, um movimento educacional com o título de “Escola Nova”.

A partir dos estudos realizados, verifica-se que a Escola Nova entra em crise na década de 1960, seu enfraquecimento naquele período histórico contribui para o fortalecimento de outra tendência educacional, a pedagogia tecnicista, na qual professores e alunos são vistos como meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária defendida pelos militares que dão o golpe militar em 1964.

Com base nas afirmações acima os autores salientam que o professor tem papel estratégico na escola, pois o seu posicionamento como educador no processo de transmissão do conhecimento irá contribuir para avançarmos na construção de uma escola crítica e emancipadora. Essas ideias, tem como objetivo a defesa das políticas públicas e da escola pública estatal, contra o ataque constante de movimentos conservadores, como o Escola sem Partido.

Os autores consideram que defender a escola pública e os professores que sob condições adversas, precárias de trabalho, salários baixos e desvalorização crescente da profissão docente é tarefa de todos aqueles que defendem uma sociedade justa. Portanto, defender as teses de Saviani, presentes em suas obras e que trazem os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica é de grande relevância para fazermos esse enfrentamento de classe no interior da escola e da sociedade.

No oitavo texto intitulado “Da crítica emancipatória ao neocriticismo conservador – a escola sem partido”, os autores iniciam as discussões tomando como referência o projeto de Lei 867/2015 que visa instituir a Escola sem Partido e apresentam as atribuições propostas aos professores no referido projeto a seguir:

1. A negação à cooptação dos alunos em termos políticos, ideológicos ou partidários.
2. O respeito às convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. A proibição da propaganda partidária e incentivo aos alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. A neutralidade referente às principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito de questões políticas, socioculturais e econômicas.
5. O respeito à educação moral dos alunos conduzida por suas próprias famílias. Em seu artigo 2º referente aos princípios da educação Brasileira destaca-se:
  - a) A neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado.



b) O pluralismo de ideias.

c) A liberdade de aprender, de consciência e de crença.

d) Afirma-se ainda a vulnerabilidade do educando no processo de aprendizagem e a educação moral de acordo com as convicções familiares.

Os autores comentam no texto que o projeto “Escola sem Partido” visa transformar a escola em um local de doutrinação ideológica dos alunos, destacamos que apesar de o projeto em si não fazer referência a qualquer partido político ou movimento social, fica subtendido a forte resistência a qualquer ação dos professores voltada à participação dos alunos em processos de manifestações, porém, essa afirmação ganha espaço quando analisada às mobilizações de ocupação de escolas nos últimos anos.

As discussões no texto reforçam que a busca dos fundamentos epistemológicos que justificam a proposta da “Escola sem Partido” é o caminho a seguir. Deixam claro que o debate referente ao assunto não é novo, este movimento traz de volta as lutas de classes, e essas se explicam em um processo histórico em que os movimentos do presente resultam das contradições do passado e propõem uma perspectiva futura. Contudo, as discussões no texto revelam que a “Escola sem Partido” ao negar a política como expressão humana transforma a educação em um espaço autoritário, repressivo, trazendo para o presente, modelos de práticas de experiências nazistas.

No texto escrito por Silveira e Orso intitulado “O movimento escola “sem” partido e a “doutrinação” liberal no atual contexto brasileiro”, esclarece os reais interesses do movimento Escola sem partido mostrando que não tem nada de apartidários como bem explicita os autores: “para além do discurso, não há nada de apartidário, nem neutro nesse movimento”. Pelo contrário, estão em defesa de um partido que defende a classe dominante e os interesses do mercado, ou seja, estão a serviço do capital. Os autores destacam que: “[...] o que há é a defesa de um partido único, o da classe dominante, com um caráter retrógrado e anacrônico, que se utiliza da acusação de que os professores se aproveitam dos alunos, considerados como cativos, e de sua suposta passividade, para doutrinar e inculcar aquilo que denominam de “ideologia de gênero”. Silveira e Orso abordam que desse modo eles negam o papel central da escola, pois ao invés de transmitir os conhecimentos objetivando a transformação da realidade esse movimento opta por “amordaçar os educadores e outorgar à família e ao Escola “sem” Partido o direito de definir o que o aluno deve aprender e o professor ensinar [...]” Neste sentido ao estabelecerem a “lei da mordaza” condenam a sociedade “à eterna alienação e atraso econômico, político e social”.

No décimo texto intitulado, Movimento estudantil e ocupação das escolas públicas na contra-reforma do Estado, os autores apresentam assuntos voltados para as manifestações ocorridas no Brasil nos últimos anos, enfatizam que esses movimentos têm influência das manifestações ocorridas em 2013 e 2014. Discorrem que na busca pela garantia da educação básica, os estudantes estão a ocupar as escolas públicas e, essa busca irá transformar não apenas os jovens atuais, mas também as gerações futuras.

Os autores discorrem que é preciso atentar-se ao caráter histórico desse amplo movimento pois representa a retomada da construção coletiva de um projeto de participação e de controle social pelos próprios sujeitos sociais da escola, em particular os estudantes da educação básica. Completam ainda afirmando que o movimento coletivo por si só já é um grande vitorioso por combater o individualismo intenso e destrutivo, além disso, é um movimento que coloca em xeque a onda conservadora que se formou nos últimos anos no Brasil e no mundo. Portanto, compreende-se que os estudantes não querem uma escola precária e que contribua para a intensificação das desigualdades sociais. Eles têm um projeto de educação que contempla o coletivo e querem debatê-lo.

Fechando a coletânea temos o texto “O movimento escola sem partido e o “cemitério dos vivos”: a proposição da lei e a resistência em campinas” de autoria de Conti e Piolli que faz a discussão do projeto da escola sem partido pontuando que ela vem se firmando a partir do avanço das forças conservadoras no país. Os autores enfatizam que o movimento escola sem partido vem se inserindo “como mais um mecanismo de controle que a ser impostos às escolas, fundamentalmente as públicas”. Tendo como premissa amordaçar e censurar os professores e a escola para formarem indivíduos conformados com o seu papel nesta nova conjuntura social e política que o país está vivendo. Conti e Piolli aponta que: “os controles

gerenciais, a censura e a mordaça, portanto, afetam diretamente as lutas dos profissionais da educação, estudantes por maior autonomia, protagonismo e democratização das escolas”. Partindo do pressuposto de que as ideias defendidas por esse projeto de lei postulam a: “[...] disseminação de uma cultura de perseguição e vigilância ao trabalho dos professores”. Desse modo, os autores destacam que caso não haja resistência a esse movimento estaremos perante um retrocesso, pois ao invés de formarmos cidadãos críticos e reflexivos que tenham como objetivo transformar a realidade em que estão inseridos iremos contribuir para “[...] transformar as nossas escolas em um “Cemitério de vivos”.

As reflexões apresentadas ao longo do livro são pertinentes a que o movimento “Escola sem partido” se coloca, pelos princípios aqui analisados, como mais um controle imposto às escolas públicas, essa preocupação com os assuntos abordados pelos professores na sala e o desejo de promover uma “Escola sem Partido”, não é uma discussão nova, como também não vem ocorrendo só no Brasil, porém, precisa-se combater essa ideia.

Esse movimento se coloca, pelos princípios aqui analisados, como mais um mecanismo de controle imposto às escolas públicas. Pelo que compreendemos, a mordaça e a censura direcionadas aos professores e ao trabalho da escola em sua missão educativa estão em total consonância com a atual agenda de reformas gerenciais, centradas em avaliações externas e responsabilização.

Enfim, “Escola sem Partido”, trata-se de um movimento autoritário e a imposição de censura e restrição que tem potencializado a burocratização das escolas. Essa ação voltada para o controle da prática educacional dos professores, a censura e a mordaça, afetam diretamente as lutas desses profissionais. Porém, dentre os muitos controles impostos às escolas, o maior deles é o da disseminação de uma cultura de perseguição e vigilância ao trabalho dos professores. Isso gerou uma grande violência e falta de respeito dentro das escolas, como também a desvalorização do mesmo, que antes já era afetada e depois do projeto só se intensificou. Diante do exposto o que se pode perceber é um grande retrocesso na educação. Desse modo a presente obra resenhada é imprescindível para ser acessada e lida por todos os professores, estudantes e pais de alunos das escolas em nosso país para evitarmos o retrocesso no campo educacional, uma vez que, a atual conjuntura política brasileira está empenhada em acabar com os direitos constitucionais já adquiridos pela sociedade.

## Referência

BATISTA, Eraldo Leme; ORSO, Paulino José; LUCENA, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da mordaça e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

Recebido em 05 de dezembro de 2019.

Aceito em 20 de agosto de 2021.

